



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF**

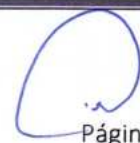
Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 9º Andar, Sala 912
Brasília/DF - CEP: 70.067-901 - Tel. (61) 2034-5539
E-mail: cgaoh@integracao.gov.br

5ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do PISF

Brasília
03 de agosto de 2017
(*Transcrição ipsius verbis*)

1 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Como esse conselho já sabe o contrato
2 entre a empresa vencedora da licitação da Meta 1 Norte foi assinado, foi dada ordem
3 de serviço em 20 de junho e a empresa já está se mobilizando e iniciando os serviços.
4 Acreditamos que o prazo de execução de doze meses deva ser reduzido. O ministério
5 vai envidar todos os esforços para que o planejamento da contratada possa reduzir a
6 entrega das águas em Jati no Ceará, pelo menos até janeiro de 2018. O contrato de
7 pré-operação foi lançado, houve questionamentos dos licitantes, as perguntas estão
8 todas respondidas, mas houveram 4 impugnações implicando em mudanças no edital.
9 Nós estamos adequando esse edital para relaná-lo provavelmente segunda-feira.
10 Nós solicitamos aos Estados que nos dessem sugestões sobre a minuta de contrato
11 que foi encaminhada. Nós gostaríamos então, como não recebemos nenhuma
12 contribuição, de ouvir os estados para ver o que eles podem contribuir, o que eles
13 acham que podem contribuir para melhoria para que esse contrato possa estar pronto
14 para assinatura na data prevista pela outorga da Ana para iniciar a cobrança dos
15 Estados. Passarei a palavra primeiro para o Estado da Paraíba, que é um dos que
16 está sendo mais beneficiado com a entrega da água do PISF.

17 **O SR. JOÃO AZEVEDO LINS FILHO (PB):** Boa tarde a todos, nossas observações
18 foram feitas pela área jurídica, a procuradoria do estado levantou alguns pontos do
19 contrato, mas que não alteram de forma importante a própria minuta. São pequenas
20 observações no que se refere a alguma coisa do tipo: "Enquanto a operadora for a
21 Codevasf, o contrato será renovado automaticamente", e se não for a Codevasf, como
22 vai fazer? São muito mais dúvidas que estão colocadas, do que alterações dentro do
23 contrato. A própria data da cobrança, que estabelece dia 26 de março, daí fica a
24 dúvida porque anteriormente nas reuniões que participamos, haveria pelo menos, e aí
25 eu não sei se consta em ata, a concordância do ministério de que os dois eixos
26 deveriam estar prontos para que efetivamente essa cobrança começasse, inclusive
27 tem estados que entende até que deveriam estar prontas também as obras
28 complementares. Então essa questão da data, se ela está associada a questão a
29 outorga, a própria ANA poderia ver como é que pode fazer, se houver essa
30 possibilidade de fazer essa alteração. O inciso que eu falei com relação a renovação
31 que deixa de ser automática se for outra empresa, porque não fazer o contrato com
32 um prazo maior, já que o serviço vai ser continuado, não vai ser renovado a cada doze
33 meses. Há uma recomendação de fazer um detalhamento do que consiste a revisão
34 tarifária periódica. Há uma dúvida que foi levantada internamente entre os estados, se
35 essa transferência do acordo que foi afastado lá em 2005 da infraestrutura hídrica do
36 governo federal a ser repassado para os estados a operação e manutenção, mas
37 como ficaria a relação com o DNOCS, se haveria ainda essa relação do DNOCS com
38 essas obras, se haveria alguma dependência de aprovação para qualquer intervenção
39 nesses equipamentos, intervenções por parte do DNOCS. O restante basicamente foi,
40 o que eu considero mais agressivo, porque quando foi feita a carta com todos os
41 pontos assinada pelos Governadores foi entregue principalmente com relação a
42 manutenção das garantias, mas daí não houve aceitação de nenhum dos pontos
43 apresentados pelos governadores, foram negados todos, então essa observação toda
44 que foi feita por parte da nossa equipe eu não vou fazer porque não há necessidade,
45 basicamente é isso não tem muita modificação.



46 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Antes de passar a palavra para os
47 demais Estados, eu vou tentar esclarecer algumas dúvidas. A operadora federal hoje
48 com o decreto é a Codevasf, se houver mudança de operador e houver um novo
49 decreto, vai precisar ser assinado um novo contrato, não vai ter como transferir um
50 contrato de um operador para outro. Seria um novo contrato que seria assinado. A
51 questões das cláusulas contratuais se for uma PPP muda significativamente, é uma
52 demanda dos estados, alguma coisa nesse sentido e o governo federal está
53 estudando a possibilidade, vai fazer um estudo para verificar a viabilidade técnica e
54 econômica dessa PPP, somente com esse estudo, que demora no mínimo doze
55 meses e com uma licitação de PPP que pode dar vazia na primeira, na segunda
56 tentativa, é que nós poderemos transferir a operação da Codevasf para qualquer outro
57 órgão. Quanto a data de cobrança, eu vou deixar que a ANA receba isso, mas na
58 última reunião que teve na casa civil ficou acertado que março seria cobrado e que os
59 custos fixos não seriam cobrados dos estados que ainda não tivessem disponibilidade
60 de água, e que os custos variáveis só seriam cobrados na proporção da água
61 entregue a cada estado. A proporção de cada estado que não tivesse recebendo água
62 não seria cobrada, o caso do Rio Grande do Norte.

63 **O SR. JOÃO AZEVEDO LINS FILHO (PB):** Acho que talvez haja um desequilíbrio
64 para se montar os custos fixos. Por exemplo o eixo leste, hoje você só tem
65 Pernambuco e Paraíba. Se você pegar o custo fixo do eixo leste, porque de certa
66 forma há uma compensação quando se analisa o eixo norte, o eixo leste, o custo fixo
67 total distribuído para os quatro estados na proporção das suas vazões. Não sei até
68 que ponto o custo fixo do Eixo Leste para ser bancado somente pela Paraíba e
69 Pernambuco vai ser viável com esse valor que já está extremamente alto.

70 **A SRª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Na verdade a gente até
71 conversou com a ANA a respeito desses custos, seria utilizada a mesma metodologia
72 que a ANA já propos, a gente não vai fazer um novo cálculo do custo fixo. Porque o
73 custo fixo do que não estará disponível vai ser arcado pelo ministério, então se você
74 pensar na operação dos dois eixos juntos ou só do Eixo Leste, não vai onerar mais
75 para os estados, a ANA poderia até me corrigir, mas é isso.

76 **O SR. PATRICK TADEU THOMAS (ANA):** (Inaudível)

77 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A questão do prazo maior que é mais ou
78 menos a mesma coisa da revisão tarifária anual se daria em função de que a compra
79 da energia ela é comprada no Mercado Livre cuja variação de custo é muito grande,
80 então por isso você tem uma tarifa que deve ser revisada periodicamente para poder
81 adaptar a esse custo do mercado de energia. O custo de energia representa hoje
82 quase 70% do custo de operação do PISF. A operação e manutenção dos
83 reservatórios estratégicos, o ministério vai falar com o DNOCS, mas entende que a
84 primeira coisa é saber se os estados têm realmente o interesse de receber e fazer a
85 manutenção, operação e gestão desses reservatórios, havendo isso inicia-se as
86 negociações com o DNOCS. Por isso que no final a gente vai discutir um pouco isso
87 se todos os estados têm interesse de receber esses reservatórios estratégicos para ter



88 a gestão por eles. Outro estado que recebe água e que tem interesse na água hoje é o
89 estado de Pernambuco. Estou tentando seguir o caminho das águas e vou ouvir o que
90 Pernambuco tem a dizer sobre o contrato.

91 **O SR. MARIO CAVALCANTI (PE):** Boa tarde, Mario Cavalcanti, secretário executivo
92 de recursos hídricos de Pernambuco. E a primeira reunião que participo e queria dizer
93 que a área técnica da secretaria, a procuradoria, APAC e a COMPESA, trabalharam
94 neste documento e temos algumas considerações até repedidas aqui do que foi dito
95 pelo antecessor – Paraíba. Na cláusula segunda não ficou muito claro a obrigação
96 contida no item 2.1 alínea K, quanto ao monitoramento e retirada de água "aos pontos
97 distintos dos previstos na Outorga". No item 2.2, na mesma cláusula, entende-se que
98 deve ser prevista a possibilidade de subcontratação pela operadora federal contratada,
99 mas tão somente, me parece, de parte das obrigações não do todo. Cláusula terceira,
100 a princípio o item 3.1, letra b, repito de princípio, o estado discorda da assunção da
101 manutenção da infraestrutura hídrica da União, ficando apenas responsável pela
102 operação. Cláusula quinta, já foi enfatizado aqui pela Paraíba, o item 5.3.1, esclarecer
103 em que consiste a revisão tarifária periódica descrita. Cláusula sexta, no item 6.1 se
104 sugere suprimir o termo "o que ocorrer primeiro", garantindo que a cobrança seja feita
105 somente após a efetiva disponibilização da água, inclusive com a conclusão...

106 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Do jeito que está é 26 de março
107 de todo jeito

108 **O SR. MARIO CAVALCANTI (PE):** Só completando aqui a leitura, infraestruturas
109 hídricas estaduais sob a responsabilidade da União: Ramal do Agreste e Adutora do
110 Agreste que são os principais locais, mais de 90% dessas águas vão ser utilizadas por
111 Pernambuco. Ainda é uma cláusula, tendo em vista que os juros moratórios praticados
112 por Pernambuco correspondem ao percentual de 6% ao ano se pede para alterar o
113 item 6.2. Cláusula sétima, sobre o item 7.1, isso foi dito também pela Paraíba,
114 esclarecer porque o prazo de doze meses e não mais longo, por exemplo prazo
115 estabelecido no ato de outorga e tal. No item 7.2 queria esclarecimento sobre alusão a
116 Intervenientes e Anuentes, para ficar mais claro para a gente. O item 7.3 é
117 praticamente repetição do item 7.1 e pede-se para esclarecer o objetivo deste item,
118 não sendo a Codevasf operadora federal a prorrogação judicial tomada, como já foi
119 também falado. Essa cláusula oitava, em Pernambuco o operador estadual vai ser a
120 COMPESA, aí eu peço a contribuição do representante da COMPESA, Fernando
121 Lobo, para me ajudar nessa cláusula oitava.

122 **O SR. FERNANDO DE CASTRO LÔBO JÚNIOR (COMPESA-PE):** Boa tarde minha
123 gente, meu nome é Fernando Lôbo, sou engenheiro da COMPESA e nós vamos ser
124 até agora, o operador estadual. Apesar de alguns estados aqui estarem assim, a
125 Paraíba mesmo já se colocou concordando com as garantias e com a resposta do
126 Governo Federal. Mas nós discutimos lá internamente inclusive com os procuradores,
127 com pessoas que entendem, e a gente não entende o motivo pelo qual a gente não
128 pode usar o Fundo de Participação dos Estados como garantia. Então eu vou falar um
129 pouquinho do que nós estamos propondo, mas a garantia principal, a permanece



130 sugerindo que seja o Fundo de Participação dos Estados. A gente concorda que tenha
131 um fundo garantidor, só que com uma pequena diferença. A gente propõe que seja o
132 Governo Federal que banque o fundo garantidor. Veja a gente está querendo é que
133 ele forme e não que ele banque totalmente, os estados se comprometem a restituir,
134 até tem propostas de parcelamento só que a nossa é um pouco mais ousada, a gente
135 pede uma carência de um ano e posteriormente a gente pagaria em dois anos, dois
136 anos a gente restituiria o fundo. Então concordamos também que seja um agente
137 financeiro o administrador do fundo, concordamos com isso também, agora vamos
138 disser que na hora o estado não efetue o pagamento, então ai usaríamos como
139 garantia o Fundo de Participação dos Estados. Isso está bem escrito, está bem
140 estudado, nós conseguimos defender isso e a gente queria aprofundar, a proposta é
141 essa. O estado de Pernambuco ele não tem condições de bancar o fundo garantidor,
142 por outro lado a gente entende que as obrigações são dos estados, então a gente se
143 compromete a arcar com o parcelamento do fundo garantidor, outra coisa que eu
144 estou assim.

145 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Você está querendo parcelar em quanto
146 tempo esse fundo garantidor

147 **O SR. FERNANDO DE CASTRO LÔBO JÚNIOR (COMPESA-PE):** Dez (10) anos.
148 Mas veja, isso é uma proposta. Eu sou da COMPESA há 36 anos e entendo a
149 situação da COMPESA hoje, enxergo a COMPESA com bons olhos para o mercado,
150 mas quem vai segurar os recebíveis é a própria COMPESA e nós vamos ser
151 inviabilizados de buscar outros financiamentos. Eu estou enxergando que as outras
152 empresas estão muito bem, porque estão aceitando os recebíveis como garantias sem
153 enxergar isso, ou seja, ou enxergando isso e dizendo, não, eu tenho condições. A
154 COMPESA não tem. Então estou jogando aqui, muito abertamente e eu esperava até
155 assim, eu espero, que os outros se posicionem, não! A Cagepa tem, a Cagece não
156 porque vai ser a COGERH, então eu acho que a gente está caminhando....

157 **O SR. JOÃO AZEVEDO LINS FILHO (PB):** A discussão não é que nós concordamos
158 com o que está aí, deixei muito claro: os 4 governadores em uma reunião, inclusive
159 aqui, com a participação de Teixeira, apresentaram uma carta discordando desse
160 modelo e apresentando o fundo de participação dos estados como parte realmente de
161 garantir isso aqui, só que isso aqui foi analisado e foi negado! E isso está equivocado
162 aqui, e eu não sei se o Ministério está com vontade de voltar a essa discussão, é isso
163 que eu estou falando, não que eu concorde, eu continuo discordando.

164 **O SR. FERNANDO DE CASTRO LÔBO JÚNIOR (COMPESA-PE):** A gente também,
165 a Paraíba está recebendo água, hoje Pernambuco só é passagem de água, mas vai
166 receber água, tenho certeza disso, mas não adianta inviabilizar empresa do estado,
167 acho que hoje a maior empresa do estado é a COMPESA e isso iria inviabilizar de
168 tudo. Eu não entendo, então a gente não está indo por um caminho bom, e nós
169 estudamos, vimos lá, e não foi uma coisa assim: não, e eu acho. Não, não foi. Foi uma
170 coisa estudada. A gente está disposto a ajudar se for necessário na discussão para
171 que a gente avance nesse sentido.



172 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Eu queria só mais um detalhe, eu queria
173 que os estados também apresentassem por escrito esses comentários, até para que a
174 gente possa estudá-los melhor, ter uma reunião interna, discutir o assunto e
175 encaminhar uma decisão que seria em um nível acima desse Comitê.

176 **O SR. MARCELO CAUÁS ASFORA (APAC-PE):** Boa tarde a todos, Marcelo Asfora –
177 APAC. Veja o documento obviamente foi indicado para o Governador e está sendo
178 analisado pelo núcleo de governo e ele deve ser encaminhado a via governo de
179 estado. A gente entendeu que não seriam as pessoas aqui, nesse fórum, como você
180 bem colocou, que a gente iria apresentar um documento formal. A ideia é trazer
181 questões, que é papel desse fórum, para socializar com os outros estados e também
182 discutir alternativas. Eu só queria fazer dois (2) comentários sobre tudo que foi
183 colocado. Veja, eu acho que tanto os estados como a União, devem e acho que têm a
184 intenção de viabilizar o projeto, principalmente a sua operação. Então eu acho que a
185 discussão passa pela busca de soluções conjuntas que atenda aos interesses de
186 todos aqui. Essa questão do fundo participação, quanto se coloca que a União vai
187 formar o fundo e os estados depois vão repor esse recurso. E aí acho que todos nós
188 temos consciência da atual crise econômica pela qual passam os estados e passa o
189 Brasil. Então temos que buscar um caminho onde de alguma forma isso possa ser
190 financiado, ou seja os estados não estão querendo dar um calote, o estado está
191 querendo que se viabilize uma forma de se constituir uma segurança para operação
192 desse sistema ou fundo garantidor, mas que isso não inviabilize outras ações do
193 estado. Não adianta eu ter transposição funcionando e a empresa do Estado sem
194 poder atuar, sem poder contratar outros empréstimos, ter sua operacionalidade
195 financeira comprometida. Então acho que em torno disso precisamos buscar soluções,
196 não adianta estar resolvido de um lado e isso gerar problema para os outros parceiros.
197 Isso vale em via de mão dupla, então esse é um aspecto. O outro comentário diz
198 respeito aos reservatórios, na hora que a gente se debruça sobre essas estruturas, eu
199 diria que cada reservatório merece um contrato diferente, dada a diversidade de
200 situações, condições físicas, enfim, a forma como as áreas de inundação estão
201 ocupadas, então é impossível, quando você começa a discutir de forma mais genérica,
202 aí as pessoas começam a levantar as condições individuais de cada reservatório, o
203 negócio complica muito. É preciso realmente ter um diagnóstico muito detalhado,
204 inclusive dos usos da água, dos usuários que estão lá hoje instalados, aí por exemplo
205 o reservatório de Poço da Cruz que tem um perímetro irrigado pelo DNOCS, tem um
206 Conselho Gestor do reservatório e tem uma associação que o DNOCS contratou para
207 operar o reservatório. A operação é feita na ponta do fuzil, ou seja o cabra vai lá e
208 coloca na cabeça do operador, manda fechar. Toda infraestrutura, não só da
209 barragem, toda infraestrutura do perímetro irrigado está comprometida certo, então se
210 você for pegar cada barragem é uma história. Ora se o objetivo é não inviabilizar a
211 chegada da água, não inviabilizar a operação da transposição, o que se propõe é que
212 o estado opere, ou seja, já que estado está comprando água, pagando pela água, ele
213 vai operar o reservatório, mas as demais responsabilidades elas permaneçam com o
214 empreendedor proprietário da barragem, pois pela forma que está ali, você está
215 repassando aos estados inclusive os passivos ambientais, de desapropriação e tudo
216 mais. Então acho que tem dois (2) caminhos, ou a gente pode discutir até resolver
217 todos esses problemas, inclusive a da gestão da água porque existe a questão, tem
218 coisas que não são delegadas pela ANA ou a gente faz um acordo para se manter as
219 responsabilidades sobre as infraestruturas e o estado operaria, para garantir que esse

8

220 projeto pudesse começar a operar o mais rápido possível, enquanto se resolvem
221 esses problemas de cada infraestrutura dessa. Então são esses dois (2) comentários
222 que a gente queria complementar o que já foi bem apresentado aqui.

223 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** as respostas do Ministério, são mais ou
224 menos as mesmas que foram dadas a Pernambuco, a gente volta a afirmar que
225 gostaria de um documento formal dos estados para que a gente possa encaminhar
226 isso a esferas superiores. Vamos discutir ainda internamente no âmbito do Governo
227 Federal e depois encaminhar para uma nova decisão. Ceará é o próximo estado que
228 eu gostaria de ouvir.

229 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Boa tarde a todos, eu estive na
230 COGERH e também na Assessoria Jurídica da SRH, dei uma olhada no contrato, e é
231 um contrato até similar ao que nós praticamos hoje na COGERH, então tem algumas
232 questões que já foram levantadas, mais de forma, que posso passar depois via e-mail,
233 posso pedir para o pessoal passar até hoje por e-mail, porque o que eu trouxe hoje foi
234 em um papel, mas está todo riscado, mas o que nossa assessoria jurídica apontou é
235 mais questão de forma só um dos problemas é esse da data do dia 26 que de
236 qualquer forma começa a cobrar no dia 26 de março, vendo que o texto como está
237 aqui. Bem, a questão do início da cobrança, é uma data que tem a ver, para nós do
238 Ceará, com o funcionamento do projeto efetivamente, porque a água ainda não dá
239 para chegar lá, e aí é uma decisão que a gente tem que levar pro governador e é
240 política, porque a gente não pode deixar de dizer, de levar em conta os ingredientes
241 políticos, tanto o governo estadual e o governo federal, porque para nós da COGERH
242 por exemplo, que é quem vai firmar o contrato com a CODEVASF, isso significa por
243 exemplo pegar a água da indústria e talvez dobrar, o cara paga hoje dois (2) e vai
244 pagar quatro (4) reais o metro cubico, pegar a água da CAGECE e também subir aí
245 no mínimo, sei lá, sessenta por cento (60%) e estamos dispostos a fazer isso. A gente
246 entende que dá para absolver a água, a gente parte da filosofia que a água cara é a
247 que não existe e a segunda mais cara é a de carro pipa, a gente tem que comparar
248 com outras alternativas e das outras alternativas que nós temos, a água do São
249 Francisco ainda está barata, e mas isso é algo que vai ter que ir para esfera política,
250 para firmar realmente a data do início da cobrança. Se a água chegar amanhã é uma
251 coisa bem efetiva, é algo que precisa ser visto. Então a data deve ser bem fixada ne
252 aqui, eu acredito que botar logo a data dia 26 de março, se não botar a data, um prazo
253 de tantos dias, tantos meses depois da operação. Porque tem uma pré-operação aí
254 né, e depois você começa a pagar e dá um problema, alguma coisa na estação, a
255 água não chega. A Paraíba está passando por período de pré-operação muito bom, já
256 está funcionando lá já a alguns meses e então tem esse prazo aí. E como o metrô, o
257 pessoal anda de graça no metrô por uns seis (6) meses, para depois começar a pagar,
258 é e essa coisa da pré-operação. É preciso ter cuidado no contrato, o resto é questão
259 de forma mesmo, mais aí eu volto a realçar o que o Fernando Lôbo da Compesa
260 colocou, e entendo que isso não foi pacificado, e o João também falou. Eu acho, até
261 pela experiência que uma pessoa que participa da história do São Francisco desde os
262 primórdios, ainda da época do Aluizio Alves. Foi Aluizio Alves que tirou da gaveta esse
263 projeto, assim e, olha, para o Brasil que não dá o valor, a garantia, e sustentabilidade

264 para as infraestruturas que monta, nesse projeto aqui você já ter conseguido que os
265 governadores de estado se disponham a oferecer o FPE (Fundo de Participação dos
266 Estados) como garantia, eu acho que não tem garantia melhor que o FPE, que pelo
267 menos nós sabemos que tem dinheiro e que a União de alguma forma cobre, eu
268 entendi que a gente estava caminhando, mais ou menos, com algumas as arestas, ai
269 surgiu a ideia que o BNDES entrou na história de se fazer a simulação para uma PPP,
270 e ai foi na visão da União a opção do FPE foi tirada de vez, porque disseram, não, se
271 o ente que for operar será privado, então o FPE nem entra. Eu acho que foi isso que
272 ficou lá no final dessa história. Agora, eu acho que pelo bem do próprio operador
273 Federal, e pelo bem da sustentabilidade do projeto a gente não pode abrir mão do
274 FPE ser uma possibilidade de garantia, porque eu vou dizer, se botar aqui como
275 garantia: recebível da COGERH... um dia ela vai ser como a COPESA, embora sendo
276 de água bruta ela quer também tirar empréstimo, porque o Roberto Tavares foi muito
277 claro, porque tem muita experiência com isso, na última reunião que teve a nível de
278 Ministro, deixou muito claro e muita gente do governo federal entendeu, que na que
279 você coloca como garantia os recebíveis de uma COMPESA, de uma CAGEPA, se for
280 a CAGEPA, ou CAERN, no Ceará não e a CAGECE, é a COGERH, você, vamos dizer
281 impede da empresa se candidatar a novos empréstimos, então isso é problemático
282 esse negócio de ser garantia os recebíveis da Companhia. Ai eu não consegui
283 entender ainda porque que não se esforça para que o FPE possa ser essa garantia
284 maior, aí o fundo garantidor vamos ver. Vamos tentando montar esse fundo garantidor,
285 como está posto aqui, ai então ficam duas garantias. Agora assim, eu digo por
286 experiência, se a gente abandonar totalmente esse negócio do FPE como garantia,
287 talvez a gente esteja perdendo a melhor garantia, e depois chegam outros
288 govenadores depois de 2018, outro presidente, outro governo, ai talvez a gente perca
289 a oportunidade de garantir a sustentabilidade do projeto de fato. Então eu não
290 abandonaria essa hipótese do FPE e assim, pelo menos a nível do Ceará é terrível,
291 pros outros governadores também, dos órgãos candidatos a serem operadores
292 estaduais essa história de que, não sei se vocês concordam de que não está
293 pacificada realmente esta questão do FPE não ser uns dos instrumentos de garantia.
294 Eu acho que a União poderia fazer um esforço pra gente encontrar uma saída pra isso
295 aí, que é mais fácil. Porque as próprias garantias dadas, por exemplo, no caso do
296 Ceará a COGERH, não vai ser uma garantia, porque ela vai receber o que vai pagar a
297 vocês praticamente, então assim, eu acho que está muito amarrado em certo
298 formalismo e a gente não usa a criatividade para colocar o FPE como garantia mesmo,
299 eu acho que isso é a coisa mais importante aqui na questão do São Francisco e aí a
300 União vai lá e corta. É um dinheiro se o órgão não pagar, e eu garanto que o
301 governador queira todo mês tirar uma fatia do seu FPE pra poder pagar a operação do
302 São Francisco, ele vai querer, esse custo da água vai pro usuário final dele. Então é
303 mais essa questão de a gente resgatar essa questão do FPE e de resto a gente passa
304 aí para vocês até amanhã, são questões de forma. A gente tem aqui 48 horas para ver
305 esse contrato, são dois (2) dias úteis, se as 48 horas forem no fim de semana, do
306 questionamento que se faz do acréscimo aí de 48 horas contados do recebimento da
307 fatura. Enquanto da passagem dos açudes, por experiência própria nossa, desde 1994
308 ou seja, são vinte e três (23) anos, a gente exercita uma parceria de gestão

5ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do PISF
Brasília, 03 de agosto de 2017
Transcrição Ipsis Verbis



Página 8

7

309 compartilhada das águas dos açudes do DNOCS. Hoje a locação de água de qualquer
310 açude do Ceará é discutida com os comitês de bacias, como o comitê da Bacia do
311 Salgado que tem assento aqui neste Comitê Gestor, então a alocação de água é feita
312 no âmbito dos comitês de bacia. Nós tínhamos lá atrás, quando ainda não existia a
313 ANA, um termo de cooperação estado-DNOCS, quando a ANA foi criada no ano de
314 2000 a ANA passou também a ser signatária desse termo de cooperação. Então é
315 assim: o açude é do DNOCS, o DNOCS é o dono da parede da barragem, é o dono
316 dos instrumentos de liberação de água, de tomada d'água, dos equipamentos
317 hidromecânicos, é o dono do terreno e do entorno da bacia hidráulica e água a dona é
318 a ANA, então nós temos esse termo que tem funcionado muito bem aonde a ANA
319 inclusive nos delegou até a outorga, e nos delegou a gestão da água. Isso tem
320 funcionado bem e nos dá um conforto com dinheiro que a COGERH arrecada, a gente
321 faz reparos em barragens do DNOCS, já é até uma tradição, não são esses reparos,
322 essas reabilitações tão estruturantes como o Ministério está fazendo hoje com o
323 DNOCS com o dinheiro do São Francisco, uma recuperação mais consistente. Mas a
324 gente já consertou comporta do Banabuiú, de Castanhão, comprou óleo pra comporta
325 do Castanhão que faltou, consertamos as válvulas dispersoras do Castanhão, a gente
326 não pode deixar de mencionar algo que fechava. As vezes precisa fechar uma tomada
327 d'água, não fecha porque está em manutenção, então a COGERH tem feito isso,
328 limpeza de parede, é tradicional, agora mesmo em Iguaporé a COGERH vai gastar R\$
329 250,000.00 mil, pra poder recuperar toda a Barragem do DNOCS, nós estamos até,
330 que o Tribunal de contas do Estado não me escute, mas nós estamos até descobertos
331 porque nessa administração atual, o DNOCS está se recusando a assinar o Termo de
332 Cooperação que sempre assumiu conosco, nem a Ana está conseguindo convencer o
333 DNOCS, o DNOCS não quer mais assinar o termo de cooperação para continuar do
334 mesmo jeito que a gente vem há vinte três (23) anos, desde o ano passado que
335 ninguém consegue resgatar esse termo de cooperação, que pra mim é um dos
336 melhores modelos, é o modelo que poderia ser seguido aqui por todos os estados.
337 Porque aí o DNOCS quer que a gente pegue o dinheiro da COGERH e passe para ele,
338 pra se perder aqui no Tesouro, e poder ficar contingenciado, não tem sentido. E aí o
339 que eu vi nessa proposta aqui de termo de seção, que é o que vocês estão propondo
340 como uma das alternativas, é que isso aqui não funciona, porque o que está posto
341 aqui é o seguinte: você vai fazer uma roçagem na parede do açude e daí tem que
342 pedir licença ao DNOCS, aí se você olhar o texto aí, tudo tem que pedir autorização ao
343 DNOCS. Ou faz esse termo de cooperação, tipo a gente vinha fazendo
344 ANA/DNOCS/Estado. E o Estado do Ceará aprimora e replica para os outros estados
345 ou então manda para o Senado uma Lei passando os açudes de vez para os estados.
346 Isso a gente já recebeu no ano passado, acho que nós recebemos ao todo 50 açudes,
347 que o Senado aprovou a passagem do patrimônio inteiro para o estado, aí o
348 patrimônio virou do estado, então você pega o Castanhão joga pro Senado, para ele
349 aprovar a passagem completa do Açude para o estado, que aí a gente recebe ou
350 então vamos pro termo de cooperação tipo o que a gente pratica hoje, inclusive com o
351 aval da ANA. Aí o DNOCS continua com as suas obrigações, o estado tem, e continua
352 dessa forma. Há mais de vinte (20) anos tem funcionado muito bem no Ceará isso aí,
353 agora esse termo aqui de seção parecido com os perímetros irrigados, negócio de



354 vazão de açude, se a gente burocratizar, quando a gente for fazer qualquer coisa lá,
355 vai precisar de autorização, o pessoal pede logo não é nem o projeto, é o as built. Eu
356 acho que nesse assunto de delegação de reservatório tem essas duas (2)
357 possibilidades: ou esse modelo que a gente já vem praticando ANA/DNOCS/Estado do
358 Ceará ou então como o próprio termo de compromisso firmado com a ANA lá atrás,
359 aliás firmado entre os estados e o Ministério diz que passar para o estado, aí passar
360 pro estado significa aprovar no Senado e passar o patrimônio, mais aí você recebe
361 tudo. Esses dois modelos postos, manter o que está hoje ou passar o açude completo.

362 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Vou passar logo para o Rio Grande
363 Norte. Vamos ouvir logo os quatro estados e depois a gente começa os comentários.

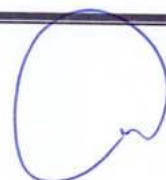
364 **O SR. JOSÉ MAIRTON DE FIGUEIREDO DE FRANÇA (RN):** Boa tarde, vou tentar er
365 o mais conciso possível, já que os colegas já falaram muito sobre a questão formal
366 dos contratos, que a gente viu que basicamente é um contrato padrão, o que nos
367 preocupa muito é a questão da operação. O que mais preocupa hoje, fiz uma reunião
368 com o governador, todos os secretários e órgãos que vão estar com suas vidas
369 modificadas a partir do Pisf no RN, foram colocadas algumas questões e não nos
370 devolveram esta análise formal das minutas, mas logo que devolverem, Luitgards, eu
371 te passo por e-mail, está na consultoria do Estado e está também na PGE. A questão
372 do aporte inicial, da composição do fundo, foi uma questão que preocupou o grupo, a
373 gente já tinha conversado sobre isso, achava inclusive que havia a possibilidade de
374 dividir até mesmo esse aporte inicial e toda essa questão de fundo de outra maneira,
375 e, o que nos preocupa mais é a cobrança dos usuários finais, porque nós estamos
376 discutindo agora o modelo, eu fiz quatro (4) simulações de cobrança, desde a
377 cobrança só do usuário até a cobrança universal, que a gente chega numa tarifa de R\$
378 0,07 a R\$ 0,53/m³, reuni também a Secretaria de Agricultura nessa reunião, e o cara
379 teve uma síncope quando eu falei dos valores, porque imagino que hoje eles não
380 paguem nada pela água, só tem custos de operação, captação etc, e isso vai
381 representar uma mudança muito grande no Rio Grande do Norte. O governador, ele
382 não posicionou ainda a respeito de alguns aspectos do contrato, mas, está muito
383 preocupado como o dia em que o Rio Grande do Norte vai receber essa água e a
384 maneira como nós vamos receber, pois vamos receber água por leito de rio, e a gente
385 vai ter uma dificuldade muito grande de discriminar o usuário, mas isso cabe à gestão
386 do estado e é esse modelo que nós estamos tentando definir agora para que a gente
387 possa andar e dar uma resposta mais definitiva para vocês. Eu diria que a questão do
388 fundo garantidor e os recebíveis das companhias de saneamento, essa é uma questão
389 que foi colocada pelo Fernando, a gente está na mesma linha que o Fernando, e
390 conforme os outros secretários falaram, você percebeu que era uma coisa que estava
391 encaminhada, mas não estava pacificada, como disse o Teixeira, e o retorno da
392 discussão sobre o FPE como garantia, é uma coisa bem vinda, e uma das coisas que
393 eu gostaria de voltar como discussão aqui no grupo. Até porque na oficina que a
394 Codevasf realizou na semana passada, uma parte dos produtos que foram
395 apresentados foi a capacidade de pagamento pelos estados, e não pelos usuários. Os
396 quatro estados, de acordo com a análise da FGV, em geral têm uma boa capacidade
397 de pagamento, e nós estamos falando de quê? Estamos falando da capacidade
398 financeira do estado, e não necessariamente do usuário, que é o modelo padrão, pois
399 o ideal para a transposição é que a gente possa cobrar do usuário da água, certo.
400 Então seria bom a gente dar uma olhada naquele produto, já que este produto mostra
401 no geral que os estados têm uma boa capacidade de pagamento e voltar a discutir o
402 FPE como garantia, aqui.

8

403 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Boa tarde senhoras e senhores, sou
404 Demerval da Casa Civil, vou fazer alguns comentários e outros vou deixar para
405 pessoas mais técnicas, mas algumas são coisas importantes. Na última reunião a
406 gente tentou focar naquilo que já havia consenso para gente não ficar revisitando os
407 temas. Só para lembrar, e aí muito bem colocado pelos secretários, é um contrato
408 entre partes, que todas as partes têm que estar de acordo, então não se imagina
409 assinar um contrato em que uma das partes não concorde. Então a questão do FPE,
410 salvo que se a gente fizer outra construção, que envolva uma operação de crédito, que
411 não é o caso, é um contrato de prestação de serviços, é inviável juridicamente. Isso foi
412 estressado com as consultorias jurídicas de três ministérios, bastante, em dois
413 modelos: o primeiro é até mais fácil a resposta, e eu estou repetindo o que eu falei na
414 última reunião, não sei se todos estavam presentes, mas o primeiro é de retenção que
415 é o que o Teixeira colocou, que a União nem passa para o Estado. Esse modelo é
416 inviável, não tem como, impossível, não dá. Inclusive há decisões judicial no sentido
417 de impedir a União de fazer isso em função de uso do FPE pelos estados em saúde e
418 educação que é muito importante. O segundo que na realidade é o que vocês
419 apresentaram na carta dos governadores, não seria exatamente uma retenção, seria o
420 oferecimento do FPE já recebido pelos estados, a segregação de uma parte para
421 garantir a operação do PISF. Essa que foi estressada, muito estressada pelo jurídico,
422 e a União chegou a conclusão que há um risco jurídico muito grande, isso foi o que a
423 gente passou na última reunião. Então assim, a união não consegue trabalhar com
424 essa garantia, neste formato que foi colocado. A não ser que a gente mude para um
425 contrato de crédito, aí sim, aí pode se pensar em utiliza-lo, mas num contrato de
426 prestação de serviços, o risco jurídico da União, analisado pelos jurídicos de três
427 ministérios, novamente falando, era muito grande. Bom então tentando voltar para o
428 que a gente já consensuou, o contrato tem que ser consensuado entre as partes, eu
429 entendi que o adicional tarifário, não tarifa cobrada aos usuários, a tarifa entre o
430 operador federal e operador estadual, o adicional tarifário que na consulta da ANA, se
431 eu não me engano, foi nominado por PDD, já tinha sido aceito pelos estados como
432 mecanismo de formação do fundo garantidor. Então isso seria o primeiro nível de
433 garantia, e até onde eu entendi já estava consensuado, com os dois lados aceitando. Dado
434 que o FPE, infelizmente os jurídicos, novamente insistimos bastante, analisaram que o
435 risco era muito grande, então caiu uma segunda que seria o FPE, ou a primeira, e aí a
436 gente falou: olha, tínhamos pensado em três garantias, uma era FPE, outra era o adicional
437 tarifário e o outro eram os recebíveis. Então o que nós falamos na última reunião foi:
438 pensamos em recebíveis das operadoras estaduais, estejam livres os estados para
439 pensarem em outro nível de garantia pois precisamos ter dois, um não é suficiente, um a
440 gente já acordou: o primeiro. O segundo, o único que a gente - União imaginou foram os
441 recebíveis, mas se vocês trouxerem outro, estamos aqui abertos para discutir, não tem
442 problema nenhum. Os recebíveis nos parece uma boa garantia com o revés que o Teixeira
443 colocou, que o Asfora colocou, que compromete a capacidade de endividamento das
444 companhias, é verdade, mas nos parece um bom nível de garantia. Mas estamos abertos
445 novamente para o oferecimento de outra garantia, não nos vem à cabeça nenhum outro.

446 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Por exemplo se a AESA da
447 Paraíba for firmar contrato com vocês, que é a decisão do governo da Paraíba. Vamos
448 dizer que o operador não é a CAGEPA, é a AESA, aí não tem recebível, assina o
449 contrato?

450 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** No modelo de recebíveis tem que
451 ser companhia. Pode receber água, mas não seria a AESA.



452 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Pois é, mas pode não ter esse
453 órgão. Isso que estou querendo dizer, é complicado isso aí, mesmo com o risco que
454 você está dizendo, se a questão for só risco de o estado ir na justiça e bloquear a
455 retirada do FPE...

456 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Não, o risco jurídico é de
457 inconstitucionalidade mesmo. O jurídico bateu muito forte dizendo que não pode nem
458 esse modelo de oferecimento do FPE, que não para de pé do ponto de vista jurídico, o
459 risco de contestação...

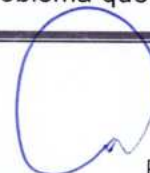
460 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mesmo o estado aprovando
461 uma lei na assembleia legislativa?

462 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Insistimos, fizemos várias reuniões.
463 Porque a gente tinha entendido a proposta de vocês, dos governadores e para nós,
464 leigos no ponto de vista jurídico, nos parecia razoável.

465 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Isso aí é uma pena porque é a
466 melhor garantia para o projeto, eu acho.

467 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Agora Teixeira, só para responder o
468 que você me colocou, embora dois estados não tenham apresentado companhias e
469 teria que ser companhia tendo como garantia recebíveis, todos os estados têm
470 companhias de saneamento. Então em todos os casos, companhias de saneamento
471 podem ser operadores estaduais, então há solução. Não estou dizendo que tem que
472 ser adotada essa, novamente, estamos disponíveis para o oferecimento de uma outra
473 garantia, não conseguimos pensar em nenhuma outra. A União financiando o fundo,
474 pagando, não tem sentido a União garantir a sua própria operação, então não é
475 imaginável, o que é possível aí, teríamos que analisar com calma, é os estados
476 fazerem créditos junto a União e aí formarem o fundo com o recurso desse
477 empréstimo. Não sei se é possível, não sei se dá para fazer, teríamos que discutir com
478 a Fazenda, com o Planejamento se há espaço para isso, mas a União depositando no
479 fundo e depois o estado reembolsando, esse modelo é inviável, não tem como. Tem
480 como o estado fazer um empréstimo, agora não sei se dá para fazer, teríamos que
481 ver. Prazo para formação do fundo, hoje está 36 (trinta e seis) meses, podemos
482 discutir esse prazo? Podemos, dez anos me parece muito, afinal temos que ter
483 recursos necessários para garantir a operação, em dez anos, demoraremos muito
484 para ter esses recursos, mas tem que ser 36 (trinta e seis)? Não, pelo menos estou
485 respondendo pela Casa Civil, não consultei ninguém para isso, mas é discutível, mas
486 acho que não dá para ser dez anos. Vou me abster dos reservatórios, vou deixar para
487 quem entende do assunto, acho que é isso.

488 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Bom, eu concordo com o Dermeval, a
489 gente separou os contratos com os quatro estados até para que cada estado pudesse
490 propor a melhor situação para si, a melhor operadora para cada um, e a gente vai
491 analisar o que for proposto pelo estado para que tenha uma garantia de operação. Eu
492 acho que é uma das primeiras vezes que se inicia uma obra dessa pensando em ter
493 segurança hídrica e segurança operacional do sistema. Eu tenho certeza que nenhum
494 dos governadores dos estados receptores gostaria de passar por um problema de
495 seca, com as bombas quebradas, com o sistema tendo algum problema, e se nós não
496 fizemos uma manutenção forte desde o início, é o que vai acontecer. Porque o
497 problema dos estados de não ter recursos é também o mesmo problema que a União



8

498 está passando, nós temos problemas de recursos na União, sei o que os estados
499 estão passando, mas sabemos também que ninguém dos quatro estados, que dá valor
500 a água, já houve pesquisa do Banco Mundial da intenção de pagar no nordeste pelo
501 uso da água, e no nordeste é onde é mais forte essa intenção de pagar pelo uso, o
502 nordestino sabe o valor da água, como Teixeira mesmo disse, a água mais cara é a
503 água que não existe, então esse é o esforço que estamos tentando construir, para que
504 nós tenhamos um projeto que seja viável operacionalmente. Vamos esperar as
505 contribuições oficiais dos estados, vamos discuti-las, elas não precisam ser um
506 sistema único para todos os estados, cada estado pode fazer sua proposta de garantia
507 que será analisada e verificada. Quanto à operação dos reservatórios é um assunto
508 que a gente teria que estudar um pouco mais internamente, eu acho que o Teixeira
509 conhece muito mais isso do que nós, talvez seja o caso da gente fazer alguma reunião
510 específica sobre essa questão. Sabemos perfeitamente que Poço da Cruz está sem
511 condições de receber a água, houve pedido do estado de Pernambuco para liberar água
512 para Poço da Cruz e o DNOCS já nós disse não tem condições de receber hoje a água,
513 Poço da Cruz teriam que terminar as obras que eles começaram. Então cada reservatório
514 desse é um problema e a gente vai ter que analisar. Foi feito um projeto de revitalização
515 de todos os reservatórios, e esperamos que em pouco tempo todos eles estejam
516 revitalizados em condições de se começar a discutir essa operação mais calmamente.
517 Tenho receio somente na questão da doação do patrimônio, porque é uma questão da
518 constituição, que define que os reservatórios em que houve investimentos da União fazem
519 parte do patrimônio da União, eu teria que estudar essa verificação se uma lei do Senado
520 pode fazer isso, pode fazer essa doação, eu não conheço.

521 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** É o caso do Ceará. Foi na
522 época do Fernando Henrique que houve essa doação de alguns açudes.

523 **O SR. MARCELO CAUÁS ASFORA (APAC-PE):** Deixa eu só fazer um comentário
524 aqui para que não se consolide um equívoco. Deixando bem claro, nós tivemos uma
525 reunião ontem com Codevasf e DNOCS para tratar do planejamento da liberação da
526 água através dos reservatórios Copiti e Muquém para os reservatórios de Poço da
527 Cruz e Barra do Juá. Essa discussão das condições do reservatório que estão sendo
528 colocadas aqui, diz respeito ao interesse do DNOCS de operar o seu perímetro
529 irrigado. Nós estamos falando de uma pré-operação para o reservatório receber água
530 no momento em que o sertão do estado vai para o 8º ano de seca e essa água vai
531 servir para mitigar, e bastante, o impacto dessa seca. Inclusive no próprio Açude Poço
532 da Cruz, onde existe a questão da Pesca extensiva, que o nível está tão baixo que se
533 corre o risco de haver uma grande mortandade, e aí o que tem de água não vai servir
534 nem para A nem para B. Então vou deixar bem claro aqui, o estado de Pernambuco
535 não está abrindo mão de fazer esse teste, pretendo fazê-lo até o final desse mês.
536 Todos os envolvidos no processo a gente já teve a oportunidade de mostrar os pontos
537 onde poderia haver algum tipo de interferência, eles foram convocados para uma
538 reunião e estão em campo levantando as questões, e nós estamos esperando um
539 plano de teste ali, com escalonamento das vazões, inclusive se possível testar a
540 capacidade máxima naqueles rios de transferir água conforme nos foi solicitado pelo
541 Ministério. A gente fez o estudo teórico, com base em modelo, e a gente pretende
542 chegar àqueles limites que nos foram propostos. Não que esses limites sejam a vazão
543 permanente, mas pelo menos a gente vai ter um desenho do que é possível transferir
544 de vazão daqueles canais. Eu acho que há um equívoco na informação, acho que o
545 DNOCS está pensando mais na operação do seu perímetro irrigado e também na
546 ampliação dos seus recursos, que realmente nós concordamos são praticamente



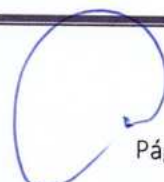
547 nulos, daí com a condição que hoje se encontram as barragens, é bom lembrar que se
548 hoje a gente está tendo toda essa discussão que decorre da falta de investimento que
549 a união deixou de fazer nessas infraestruturas construiu, porque o DNOCS até alguns
550 anos atrás não tinha nem rubrica para investir em manutenção. Era uma empresa de
551 obras de construções de barragens, então concluindo do jeito que eu comecei, essa
552 informação está equivocada. O estado de Pernambuco ele não abre mão de fazer
553 esse teste para levar essa água para esses reservatórios, independente da condição
554 do reservatório, até solicitamos que nos informassem os custos emergenciais. Por
555 exemplo, existe um vazamento na barragem, na descarga da barragem, segundo eles
556 na ordem de 200L/s. Para quem não tem água, como Pernambuco, 200 L/s é água pra
557 caramba, eu acho que quem vive no semiárido sabe, e está lá vazando. Então enfim,
558 muitas medidas têm que ser adotadas para a recuperação dessas barragens, mas
559 uma coisa não tem nada a ver com a outra não, então vou deixar isso bem claro aqui,
560 permanece a intenção do estado, o pedido do estado, e estamos trabalhando para que
561 isso se realize se possível esse mês. Inclusive arguimos a Codevasf, só para concluir,
562 se ela poderia medir a vazão na saída destes reservatórios, que vão da descarga
563 destes reservatórios, para que a gente pudesse instalar sessões de medição e saber
564 quanto se perde no caminho. Infelizmente parece que o equipamento ainda não
565 chegou, então vai ter que ser dada outra solução, é só isso o comentário.

566 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Vamos fazer o seguinte, vamos marcar
567 uma reunião com o DNOCS e o estado de Pernambuco para decidir isso porque a
568 informação chegou pelos dois lados de forma diferente. O estudo que vocês fizeram
569 teórico de vazões, já chegou a gente, nós vimos e estamos até respondendo para
570 vocês no sentido de que algumas interferências vocês vão ter que solucionar, porque
571 após a saída do PISF, passa a ser responsabilidade do estado. Agora o DNOCS tinha
572 nos dado outra informação e vamos ter que casar as informações antes de autorizar
573 uma coisa que pode gerar risco para a segurança da barragem.

574 **A SRª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Só para acrescentar,
575 como a gente colocou na ultima reunião, que essa questão da delegação da operação
576 e manutenção dos reservatórios estratégicos não é uma proposta que a gente está
577 colocando, é uma obrigação que está no termo de compromisso que foi firmado em
578 2005, que todo mundo assinou, da mesma maneira que os órgãos assinaram pela
579 sustentabilidade, essa delegação da operação e manutenção está nas obrigações, da
580 União em fazer essa delegação e dos estados de se comprometerem com essa
581 responsabilidade, inclusive financeira. Então essas são cláusulas do termo de
582 compromisso, então é uma solução que a gente vai ter que encontrar em conjunto.

583 **O SR. MARCELO CAUÁS ASFORA (APAC-PE):** Está escrito desta forma? Só
584 relembando delegação de operação, no termo de compromisso está escrito assim?

585 **A SRª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Tem nas obrigações
586 da União no item 4: "delegar aos estados, observadas as competências da ANA, a
587 operação e manutenção integral", e aí ele lista os açudes, e na apresentação que nós
588 fizemos na 4ª reunião a gente até mostrou que essa lista de reservatórios mudou um
589 pouco, a gente acrescentou alguns que não estavam nesse rol de reservatórios, e
590 depois para as obrigações dos Estados, no item 5: "responsabilizar-se, inclusive
591 financeiramente pela operação e manutenção dos assuntos relacionados no item 1a.4"
592 que são aqueles. Então é um ponto que está no termo de compromisso, e agente va
593 ter que chegar nessa solução em conjunto.



594 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Pode subir um pouco ali para a
595 gente rever uma parte ali que cabe à União. Esse item 1 ali é bom, responsabilizasse
596 integralmente pela construção das obras de captação e adução do PISF beneficiando
597 a bacia hidrográfica. Não se esqueçam do Ramal do Apodi, defendendo o Rio Grande
598 do Norte e do Ramal do Salgado para essa palavra "integralmente" valer. Eu só queria
599 fazer uma pergunta à ANA, mas secretário você ia falar, Pernambuco? Pode falar.

600 **O SR. MARCELO CAUÁS ASFORA (APAC-PE):** Um pouquinho mais para a frente
601 ele fala sobre a operação e manutenção.

602 **A SRª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** É dos reservatórios?

603 **O SR. MARCELO CAUÁS ASFORA (APAC-PE):** É

604 **A SRª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Então é esse item 4, o
605 4 é de delegar operação e manutenção, e o item 5 fala da recuperação que a União
606 tem que fazer

607 **O SR. MARCELO CAUÁS ASFORA (APAC-PE):** Só lembrando, se eu remeto isso à
608 lei de segurança de barragem e você vai entender em que condições a barragem
609 deveria estar sendo entregue aos estados, inclusive com plano de segurança de
610 barragens, feito com toda a parte hidráulica, física revisada, atualizada então a gente
611 não pode ler de modo superficial, aí se entende que seria o seguinte: o DNOCS
612 construiu uma barragem nova no estado e entregar a gestão para o estado, assim
613 serve Teixeira para você? Isso que eu estou dizendo, veja, a gente tem que ter uma
614 leitura conjunta, não é dizer você tem uma obrigação de assumir, o que estou dizendo
615 é que...

616 **A SRª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Mas aí recorda a
617 apresenta da última reunião, a sessão que a gente está propondo seria após a
618 recuperação, após as obras estarem finalizadas, e como a gente colocou na última
619 reunião, até a ANA colocou os prazos da lei de segurança de barragens, como isso
620 seria feito após esses prazos, então o DNOCS já teria por lei, por esses prazos que a
621 ANA deu, estar com tudo isso regularizado.

622 **O SR. MARCELO CAUÁS ASFORA (APAC-PE):** Pois é, vamos olhar a realidade ou
623 então essa transposição não vai operar nem daqui a 4 anos, porque você não entrega
624 essas barragens atendendo a toda legislação, porque estaria a proposta de se ter uma
625 forma alternativa de operar como foi colocado pelo Teixeira e é o que nós colocamos
626 também: o estado opera, mas toda a questão da infraestrutura permanece sendo. é o
627 que eu coloquei na forma de viabilizar o início da operação, porque se a gente for
628 partir para essa discussão ao pé da letra do contrato, a gente vai ficar sentado aqui e
629 pode cancelar as próximas reuniões deste comitê e quando tiver barragem pronta para
630 entregar a gente volta a se reunir para discutir FPE e outras coisas aí.

631 **SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Ai eu até faço aí uma pergunta a
632 ANA neste sentido aí que o Marcelo colocou. A gente não podia pegar este modelo
633 que tem adotado no Ceará e fazer um aprofundamento até colocando mais obrigações
634 para o estado, que incorporem esta visão? Porque lá no termo de cooperação
635 ANA/Estado/DNOCS, nós temos lá muita coisa voltada para gestão das águas, e
636 alguns compromissos com a operação e manutenção dos reservatórios. A gente não
637 poderia pegar esse termo, aprofundar melhor e colocar aí as obrigações com o estado

638 e lógico deles, sobre o reservatório, e também com maiores obrigações de manter e
639 operar de forma adequada? Podia ser aí um caminho de atender essa cláusula, em
640 vez de um compromisso com esses termos de sessão que são termos muito formais.
641 Ai o cara tudo que vai fazer, vai colocar um pá de terra lá tem que pedir ao DNOCS, ai
642 passa um ano circulando lá dentro do DNOCS... Porque com o termo de compromisso
643 hoje que a gente tem, ele dá uma liberdade, ele é muito ágil, a gente interage com o
644 DNOCS de forma muito ágil hoje através deste termo de compromisso. Quando ele
645 está valendo né, porque hoje o DNOCS não... Ai eu acho que seria uma alternativa,
646 seria um aprofundamento deste termo de compromisso. Porque estes termos de
647 sessões, tipo esse modelo que está aqui, ele é muito engessado na minha opinião.

648 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Você poderia trazer o modelo, a gente
649 até apresentaria para os outros três estados, os estados estudariam e em uma
650 próxima reunião a gente discutiria esse novo modelo

651 **O SR. MARCELO CAUÁS ASFORA (APAC-PE):** A gente tentou assinar com o
652 DNOCS mas ele não quis.

653 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mas agora é uma imposição do
654 compromisso do projeto né.

655 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O próprio ministro defende que se os
656 estados disserem que têm interesse em operar e fazer da forma que quiserem
657 oficialmente, ele vai conduzir as negociações com o DNOCS.

658 **O SR. JOÃO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA (COGERH-CE):** Esse termo de
659 cooperação que feito entre o estado e o DNOCS na época, nós fizemos junto com o
660 doutor Joaquim Rodrigues, foi feito para todos os estados do nordeste. Inclusive
661 acredito que nós enviamos para todos os estados, acho que talvez só o Ceará firmou,
662 foi um termo de oito anos que venceu agora e estamos com dificuldade de renovar
663 com o DNOCS. Com a ANA não, nós estamos trabalhando junto com a ANA buscando
664 essa renovação, mas ele foi encaminhado para todos os estados, não sei se algum
665 estado assinou.

666 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Gostaria que enviasse de novo, que a
667 gente repassaria para os estados. Patrick pediu a palavra para responder o que o
668 Teixeira pediu.

669 **O SR. JOSÉ MAIRTON DE FIGUEIREDO DE FRANÇA (RN):** Patrick deixa eu falar
670 aqui só para tirar uma dúvida, nesses projetos de recuperação dos reservatórios, já
671 está sendo considerado todos os termos que estão nas leis de segurança de
672 barragens? manual de operação, planos de contingência, está tudo dentro? Porque
673 veja, vocês estão recuperando a barragem na parte de infraestrutura, mas tem uma
674 parte de gestão, que hoje está sendo cobrado pela lei que tem um certo custo pra
675 gente, a gente sabe porque a gente está começando a fazer agora essa adaptação
676 das barragens para lei de segurança de barragens e então queria saber: dentro deste
677 contrato de recuperação das barragens se essa parte de gestão foi lembrada?

678 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Neste termo que estamos repassando
679 para o DNOCS não, é só recuperação física das barragens, mas o DNOCS está
680 pedindo recursos para o ministério para fazer a adequação disso. Então de uma forma
681 ou de outra a gente vai ter que cumprir essas obrigações da lei de segurança de



682 barragens porque o DNOCS é o empreendedor e ele vai ter que cumprir esse
683 compromisso. Eu vou deixar o Patrick falar.

684 **O SR. PATRICK TADEU THOMAS (ANA):** Gostaria, a pedido do Teixeira, de
685 esclarecer que nós temos duas competências distintas: uma competência está
686 relacionada à operação e manutenção dos açudes, e a outra competência está
687 relacionada à gestão destes açudes. Com relação à operação e manutenção a ANA
688 não tem competência para delegar, desde que o responsável hoje, na maioria dos
689 casos, é o DNOCS, ele que é responsável pela delegação dessa operação e
690 manutenção. Com relação à gestão, aí sim é competência da ANA, no caso do Ceará
691 nós já delegamos, como o Teixeira mencionou, no estado todo a gestão das águas, e
692 para os outros estados a gente até colocou nessa nota técnica o seguinte
693 posicionamento de que alguns açudes que são estratégicos aí, que atendem a dois
694 estados no caso de Engenheiros Ávidos, São Gonçalo, Sistema Coremas-Mãe
695 D'água, nós dissemos que a gestão deve ficar com a ANA, porque a gestão desses
696 açudes afeta dois estados, os açudes cuja gestão afeta apenas um estado, no caso de
697 Boqueirão por exemplo, a gente pode avaliar a possibilidade de delegação. Poço da
698 Cruz, Armando Ribeiro e outros. Agora, com relação operação e manutenção, nós
699 participamos do grupo que trabalhou nessa minuta e a avaliação que o ministério do
700 planejamento fez junto com a SPU foi de que esse modelo de sessão de uso seria o
701 modelo mais adequado, não é a nossa expertise mas é importante só mencionar que o
702 modelo que foi proposto ele tem dois momentos: num primeiro momento da
703 assinatura, aliás tem três momentos, primeiro o momento da assinatura, aí tem o
704 segundo momento que é quando a água chegar no açude, em que o estado assume a
705 operação, e seria algo como é feito hoje pela COGERH, que segue a proposta do
706 Teixeira, desse termo de cooperação, e tem um terceiro momento que é quando o
707 açude estiver completamente recuperado, em condições de ter sua manutenção
708 transferida para o estado é que o estado assumiria essa responsabilidade, e isso vai
709 acontecer no momento em que cada açude estiver com suas obras concluídas. Então
710 a assinatura dessa sessão poderia ser feita no prazo previsto do termo de
711 compromisso e aí com isso o termo de compromisso seria cumprido, e quando a água
712 chegasse o estado assumiria a operação, e quando a obra estivesse concluída ele
713 assumiria a manutenção e a responsabilidade de operação. Então na avaliação do
714 grupo esse modelo atenderia o termo de compromisso sem ter que passar o ônus da
715 responsabilidade da manutenção para o estado antes das obras estarem concluídas, o
716 que tem todo sentido. Agora, com a relação a ser o termo de sessão de uso o melhor
717 modelo, é uma discussão mais técnica que envolve o pessoal da SPU e ministério do
718 planejamento, e se houver possibilidade é preciso avaliar.

719 **O SR. MANOEL RENATO MACHADO FILHO (MPDG):** Gostaria de esclarecer esse
720 ponto que o Teixeira e o Patrick levantaram. Termo de cessão de uso é o termo
721 regular, é usual, na linguagem mais popular é um "B-A-BA" para a transferência de
722 patrimônios. Agora, o que está se discutindo aqui o seguinte, pelo que eu entendi a
723 proposta do Teixeira reforçada por Pernambuco, é que antes de fazer a cessão
724 definitiva, você precisa ter um mecanismo intermediário para resguardar o estado por
725 conta da não recuperação tempestiva dos reservatórios. Aí acho que pode se chamar
726 a SPU novamente e ver se a proposta que o Ceará vai trazer, que é uma proposta
727 intermediária e pelo que eu entendi que o Teixeira vai construir e é uma proposta que
728 pelo jeito já é bastante antiga e que já até foi testada, e que então pode funcionar
729 como mecanismo intermediário até que a recuperação se dê. Ressalvando sempre
730 que a recuperação, a União vai cumprir o compromisso de recuperar os reservatórios

731 e inclusive isso foi colocado no orçamento esse ano, e não foi feito mais porque
732 atrasou-se a elaboração dos projetos. Já era pra estar até mais adiantado, só para
733 registrar que apesar de toda dificuldade, que é notória, a União tem procurado cumprir
734 os compromissos dentro daquilo que lhe é devido ao termo de compromisso, e espera
735 reciprocidade neste sentido também dos estados, que é o que temos observado de
736 que há boa vontade para isso. Mas tem alguns pontos que precisam ser alinhavados
737 melhor que é o objetivo desta reunião, mas só para registrar aqui, depois que o
738 Teixeira trouxe o modelo nós podemos chamar SPU de novo e ver se podemos
739 construir uma solução intermediária.

740 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Não há mais assunto na pauta, eu
741 gostaria de saber se alguém quer trazer algum assunto?

742 **O SR. JOÃO AZEVEDO LINS FILHO (PB):** Uma observação apenas, que afeta
743 diretamente o Rio Grande do Norte, nas reuniões que nós fizemos com ministério, a
744 ANA para discutir essa questão da operação, do termo de gestão, foi levantada a
745 questão do Rio Piranhas, portal de entrega das águas na Paraíba, que tem no Eixo
746 Norte as três barragens Morros, Boa Vista e Caiçara. A partir dali essa água vai pelo
747 Rio Piranhas até o Rio Grande do Norte para chegar no primeiro portal de entrega do
748 Rio Grande do Norte em que ele vai ter condições que receber considerando que o
749 Ramal Apodi não está pronto, não está iniciado. Nós fizemos um relatório,
750 protocolamos hoje na SIH, considerando que os custos apresentados pela ANA nesta
751 operação pela Codevasf no rio, neste trecho, e algumas intervenções que precisavam
752 ser feitas, considerando principalmente que tem dois perímetros irrigados, um do
753 DNOCS, que está completamente abandonado e que não tem a mínima condição de
754 ser jogar água, e o segundo em um perímetro em Souza é a condição da calha do
755 próprio rio, que aí nós acreditamos que quando jogar essa água, dependendo da
756 vazão que passar, vai haver uma inundação no perímetro irrigado. Então algumas
757 obras precisam ser executadas, e como a Codevasf é quem é responsável pela
758 operação no Rio Piranhas neste trecho, de Engenheiros Ávidos até Rio Grande do
759 Norte, nós protocolamos hoje um relatório, fizemos um voo de drone, e seria
760 importante, considerando o prazo de chegada dessas águas, com essa previsão que
761 está sendo colocada para o próximo ano, gostaria que a gente tivesse uma solução
762 para isso. Para a Paraíba não interfere muito porque os pontos, os portais, os pontos
763 de retirada e captação nossos são anteriores, mas até a água chegar no Rio Grande
764 do Norte essas coisas vão ter que ser resolvidas. Só para finalizar minha participação,
765 eu ainda sem querer olhar pelo retrovisor, eu ainda tenho a preocupação quando se
766 discutem os custos, porque no final das contas quem vai pagar é quem está lá na
767 ponta, e toda vez que a gente refaz as contas, dentro do que foi proposto para tentar
768 se rever a apresentação dos custos, e analisar que praticamente nada foi aceito, mas
769 para mim fica muito difícil entender porque é que não se pode fazer a retirada do
770 cálculo da tarifa da provisão de devedores duvidosos, que impacta em torno de 16%.
771 A questão dos custos ambientais que está, na nossa maneira de ver, um valor muito
772 acima do que efetivamente se precisa fazer considerando que as ações efetivamente
773 de recuperação dos espaços estão vinculadas a obra e não com relação a operação,
774 foi pleiteado e foi negado. A questão da compra da energia nós já estabelecemos aqui
775 que os estados se comprometem, inclusive através de documento, confirmar a vazão
776 outorgada mínima, que somado daria os 26,4, para que a compra da energia pudesse
777 ser feita a longo prazo em uma condição melhor. E que também não consigo entender
778 por que é que não se consegue implantar de forma escalonada a questão da
779 reposição dos ativos considerando que os equipamentos são novos, e no que a gente
780 sabe, todo mundo aí que opera com a bomba nova funcionando, ela só vai dar

781 problema com cinco anos de uso. Então essas coisas foram colocadas e foram
782 simplesmente negadas e eu acho que não pode ser assim, porque tudo isso impacta
783 no valor que nós vamos jogar na conta lá para um cidadão, não é querendo voltar uma
784 discussão, mas é importante que a gente levante isso.

785 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Só respondendo alguma coisa e depois
786 vou passar a palavra, algumas das coisas que você disse que foram negadas, não
787 foram negadas. Reposição de ativos, na resposta da carta dos governadores está
788 claro que a gente aceitou essa questão, compra de energia por um período mais longo
789 também estudamos isso, e estamos só adequando ao orçamento da União, porque
790 nós não podemos partir para comprar cinco anos sem estar previsto no orçamento,
791 provavelmente as próximas compras já serão por um período mais longo. A questão
792 do portal no Rio Grande do Norte, nós fizemos uma consulta a ANA, o Alan está aí
793 presente e poderia esclarecer melhor que já deve estar estudando o assunto.

794 **O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA):** Boa tarde a todos, eu acho que são várias questões
795 que precisam ser esclarecidas aqui, cobrança e a questão de como foi montada a
796 receita adquirida, e como é que foram avaliadas essas questão da entrega da água no
797 Rio Grande do Norte, o que faz a gente prever um custo, que seria reposto pela tarifa
798 para que a operadora federal fizesse algumas ações entre a entrega de água em
799 Engenheiro Ávidos até a entrega na divisa com o Rio Grande do Norte. Essas ações
800 basicamente são referentes a identificação dos usuários, monitoramento de vazões ao
801 longo do trecho e vistorias ao longo do trecho.

802 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E isso é rateado para todo
803 mundo né?

804 **O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA):** Isso é rateado para todo mundo.

805 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Quero isso até o Castanhão no
806 Ceará.

807 **O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA):** O Castanhão não faz parte do projeto, o ponto de
808 entrega no Ceará é antes. O ponto de entrega do Rio Grande do Norte já está definido
809 a bastante tempo. Agora essas questões que você está colocando de preparação do
810 trecho para receber as águas aí é o que a gente não discutiu, o que a gente discutiu
811 foram os custos operacionais que vão ter depois, então talvez sejam custos de
812 implantação do projeto, se tem passagem molhada, se tem pontos de retenção, etc. é
813 algo que ainda tem que ser discutido, não discutimos ainda.

814 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Só um minuto, ele tinha pedido a palavra
815 antes, depois eu passo para vocês.

816 **O SR. JOSÉ MACIEL NUNES DE OLIVEIRA (CBHSF):** Boa tarde a todos, Maciel
817 Oliveira, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Só a título
818 de informação, uma questão, como os estados estão preocupados com a situação do
819 valor da água, no dia 25 de agosto o comitê do São Francisco vai se reunir
820 extraordinariamente para aprovar a readequação dos valores da cobrança pelo uso de
821 recursos hídricos, inclusive a transposição. Foi aprovado em 2010 e agora estamos
822 atualizando os valores da cobrança, e isso com certeza interessa muito aos estados
823 receptores. Outra situação é que vamos realizar o terceiro encontro do comitê do São
824 Francisco com os comitês de Bacias afluentes, mas esse ano vai acontecer em

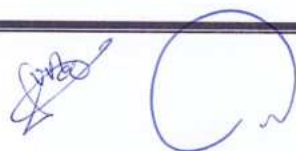
825 setembro, nós optamos por convidar também os comitês de bacias receptoras, para
826 também entenderem como está a situação de São Francisco, como está a situação
827 hidrológica do São Francisco. Então tanto os comitês de bacias receptoras como os
828 consus lá em Pernambuco deverão receber o convite do comitê de São Francisco para
829 participar desse encontro, que será de 2 (dois) dias, para discutimos a situação
830 hidrológica do São Francisco e outros temas relacionados a gestão de recursos
831 hídricos.

832 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME)** - Boa tarde a todos, Renato Dalla Lana do
833 Ministério de Minas Gerais. Eu queria dar um retorno aqui também das oficinas que
834 estão sendo realizadas. Eu acho que é o local mais adequado para a gente discutir as
835 questões técnicas e eu gostaria de comentar aqui a questão da compra de energia de
836 longo prazo. Ela precisa ser definida, mas também é necessário que a gente conheça
837 como que vai operar a operadora Federal. E pra isso é preciso saber a disponibilidade
838 do Estado de armazenamento e uso dessa água que vai ser transposta. Então eu
839 queria comentar que é importante a gente definir isso, mas para isso a gente tem que
840 conhecer tanto a demanda que vai ser utilizada nos vários trechos, porque a compra
841 de energia ela é feita pela compra da energia e pelo contrato de demanda. Então, o
842 PISF hoje está pagando um montante de uso pelo sistema de transmissão, que ele
843 teve um aumento em função do montante que a Agência Nacional de Energia vai
844 compatibilizar os custos que ficaram represados durante esse período da Medida
845 Provisória nº 579, então ele teve uma elevação. Então o que nós precisamos tratar
846 nestas oficinas é avaliar adequadamente como que vai ser a operação pra gente
847 definir como que vão ser os contratos de demanda e energia durante um período mais
848 longo. Enquanto a gente não conhecer como que vai ser essa demanda, e como que
849 vai ser a forma que o PISF vai operar fica difícil da gente prever um contrato de
850 demanda de energia, porque isso depende dos usuários e também do cronograma
851 que o PISF vai ter nos vários anos pela frente. Então era isso que eu queria colocar,
852 mas eu acho que essas questões técnicas, a gente está a disposição para trabalhar
853 junto e avaliar juntamente com o pessoal da CODEVASF que precisa fazer essa
854 operação, obrigado.

855 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI)**: Só falar uma coisa, com relação a
856 utilização de energia que o Renato falou, nós estamos fechando agora o plano de
857 gestão anual, então nós vamos ter pelo menos uma previsão de quanto de água cada
858 estado está prevendo receber para o próximo ano. Depois a gente poderia voltar a
859 discutir o assunto com alguém da energia que não é bem o nosso forte.

860 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR)**: Gente, só para fechar a minha
861 participação aqui, queria falar algumas coisas. Primeiro respondendo ao João, porque
862 ele levantou pontos, muitos deles já resolvidos. No caso do PDD, como eu estava
863 respondendo na minha primeira fala, ele é exatamente o adicional tarifário que vai
864 popular o fundo garantidor que é o primeiro nível de garantia que já tinha sido
865 acordado com todos os estados, inclusive a Paraíba. Não sei se você estava no dia da
866 reunião específica, mas uma vez entendido que o PDD é esse adicional tarifário para
867 esse fim e ele vai cessar no momento que eu tiver o acúmulo no fundo garantidor de 6
868 meses de operação, não houve mais resistência. Em relação aos custos ambientais,
869 não sei se era exatamente a isto que estava se referindo, também está em estágio
870 avançado que os custos ambientais referentes à implantação do empreendimento, ou
871 seja, da LI – licença de instalação, são da União, porque ela é responsável pela
872 implantação. Os custos ambientais da operação, ou seja da LO, porque existem

873 custos ambientais específicos da operação, são dos estados porque a operação é dos
874 estados. Pode ter alguma condicionante ambiental que é postergada da LI para LO, ou
875 seja é da implantação mas foi postergada para operação? Pode. Se a gente identificar,
876 e a gente constrói isso juntos, isso foi conversado, esse custo do que foi postergado
877 da LI para LO também é da União, porque ele só foi postergado mas ele se refere à
878 implantação. A compra de energia já foi bastante discutida aqui, mas a gente também
879 já tinha chegado a um arranjo, em que a compra de energia seria sempre discutida
880 junto com os estados, então será maximizar a eficiência da compra de energia com os
881 detalhes que o Renato passou, que é do Ministério de Minas e Energia, mas sempre
882 em conjunto com estados, então não vejo problemas em relação a isso. Reposição de
883 ativos, também na resposta, como o Luitgards colocou, a gente já tinha aceitado
884 também o parcelamento, então esses quatro (4) assuntos já estavam bastante
885 maturados. E aí eu queria colocar uma fala forte, mas importante, que todos precisam
886 entender, é que o PISF, pelo menos no seu Eixo Leste já está levando água,
887 principalmente para a Paraíba. Temos problemas com Pernambuco, ainda não
888 conseguimos equacionar, mas já estamos trabalhando nisso. Mas a Paraíba já está
889 recebendo água e inclusive para consumo humano, já está chegando no Boqueirão.
890 O PISF está em pré-operação, ainda existem alguns problemas a serem resolvidos,
891 algumas obras emergenciais foram feitas para possibilitar a chegada de água em
892 Campina Grande o mais rápido possível, por causa da situação hídrica em Campina
893 Grande, precisamos corrigir essas ações que foram emergenciais, portanto estamos
894 ainda em pré-operação, os equipamentos estão sendo testados e alguns ainda com
895 defeito, então tem uma fase de pré-operação mas esperamos que entremos em
896 operação o mais rápido possível. Uma vez entrado em operação, e a nossa
897 expectativa é que seja bem antes de março, não tem como a União justificar, dado o
898 Termo de Compromisso e todo arranjo que foi feito, a continuidade do pagamento da
899 operação e manutenção do PISF no que tange ao Eixo Leste. Então não há. Eu acho
900 que essa reunião foi muito boa, porque os estados trouxeram as suas sugestões de
901 aperfeiçoamento do contrato, e era esse o objetivo principal dessa reunião, e agora
902 vamos trabalhar com essas informações que vocês trouxeram, mas portanto
903 precisamos fechar esse contrato, não será hoje, mas será proximamente, para que
904 possamos então estabelecer a cobrança dos estados na operação daqueles que estão
905 recebendo, claro. Novamente, a expectativa é que todos assinem esse contrato o mais
906 rápido possível, o que não quer dizer que todos pagarão neste momento. Pagarão
907 neste momento, ou no momento vindouro, aqueles que estiverem recebendo água, na
908 proporção que estiverem recebendo água em relação ao custo variável e em relação
909 ao custo fixo a gente fez duas exceções, isso também foi bem delimitado na reunião
910 passada, em relação a dois empreendimentos: ramal do Apodi, que tem impacto muito
911 grande na capacidade do Rio Grande do Norte de receber água e ramal do Agreste
912 que tem impacto muito grande na capacidade de Pernambuco receber água. Em
913 relação a esses dois empreendimentos foi bastante discutido, portanto só em relação
914 ao Rio Grande do Norte e em relação a Pernambuco, a União achou que fazia
915 sentindo proporcionalizar, fazer um rateio também do custo fixo, em função da
916 indisponibilidade destes dois empreendimentos para esses dois estados. Então é esse
917 o cenário. Então a gente quer fechar, acho que o Luitgards vai encaminhar a próxima
918 reunião pra gente caminhar no fechamento da minuta de contrato, assinar os
919 contratos, e aí cada um vai começar a pagar nos seus devidos recebimentos de água.



920 **O SR. JOÃO AZEVEDO LINS FILHO (PB):** Então em cima do que você falou, e foi
921 colocado aqui pela ANA, para que a gente possa ter uma compreensão mais clara, o
922 Eixo Leste está em pré-operação, ele tem um custo fixo. Então aquele custo fixo, caso
923 Pernambuco não faça nenhuma retirada de água, ele será exatamente cem por cento
924 (100%) bancado pela Paraíba, é isso? Ou então da maneira como você colocou,
925 nosso entendimento é que nós pagamos pela vazão retirada, o restante o governo
926 federal continuará bancando.

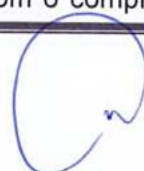
927 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** não, olha só, é importante entender.
928 A gente conversou sobre isso na reunião passada, mas infelizmente o senhor não
929 pode comparecer, mas é importante socializar novamente. Dada essas duas exceções
930 e no caso o que está valendo é o ramal do Agreste em Pernambuco, porque o Eixo
931 Norte não está concluído ainda, o custo fixo decorrente da flexibilização que a gente
932 vai fazer em função do ramal do Agreste será arcado pela União. Mais aí temos como
933 justificar isso, perante inclusive ao nosso Tribunal de Contas da União, a CGU, a todos
934 que fiscalizam o executivo, temos. Para Pernambuco tirar a quantidade de água que
935 ela queria, ela não consegue porque tem um empreendimento que a União acordou de
936 fazer, de custear, e que infelizmente em função dessa situação fiscal não
937 conseguimos avançar como gostaríamos. Então essa parte que será flexibilizada para
938 Pernambuco será arcado pela União. Então em nada impacta no custo fixo que será
939 arcado por Paraíba.

940 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Algum comentário novo, alguém quer
941 falar alguma coisa?

942 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** O BNDES, afinal, ele está
943 estudando mesmo essa modelagem da participação de um ente privado?

944 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Vai sim. Ele já fez todas as
945 chamadas de preço para lançar o edital, e vai subir para o conselho de administração
946 do banco, semana que vem ou no máximo daqui a duas semanas, para daí lançar o
947 edital e começarem os estudos.

948 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Deixa só eu dar uma sugestão.
949 Essa é uma ideia que surgiu ainda lá atrás quando o Kelman era o Presidente da ANA,
950 esse processo de outorga, esse termo de compromisso eram da época que o Kelman
951 era presidente. Inclusive surgiu a possibilidade da primeira proposta de operadora
952 federal a CHESF. Através não dela diretamente, mas por uma subsidiária, porque a
953 associação do uso da água, para uso consultivo como energia isso aí gera uma
954 simbiose onde você pode baratear o custo da água. No caso aí do São Francisco, eu
955 digo porque eu já andei recebendo propositores, de aproveitar o ponto da região de
956 Pernambuco, aquela região entre Eixo Norte e Eixo Leste, que tem toda facilidade de
957 conexão com o sistema da ONS, por conta até do alto investimento que o Ministério
958 fez na parte elétrica. Não sei quantos quilômetros de linha 230 que foram feitos pelo
959 governo federal. Teoricamente o operador federal que vai assumir isso, as
960 subestações com as linhas de 230, mas existem estudos já, de empresas
961 especializadas nessa área de energia solar, e você podia gerar, em um determinado
962 ponto de maior facilidade de conexão, 1 GW de energia solar, e isso baixaria
963 substancialmente o preço dessa água. E é importante para os estados, realmente é
964 uma coisa já pensada lá atrás. Se o operador privado que for selecionado pela União,
965 ele for atender um investidor na área de energia alternativa, com o compromisso de



966 que o governo compre a energia dele, ao mesmo tempo use essa compra para poder
967 usar recursos do São Francisco, para ajudar a manter o projeto, isso baratearia muito
968 o custo da água lá na ponto, o que é uma coisa interessante de ser pensada pelo
969 BNDES.

970 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O Ministério está pensando nisso, e já
971 está fazendo um contrato via Banco Mundial para estudar várias alternativas de
972 energia eólica, solar, e várias outras energias que poderiam ser utilizadas para gerar
973 no entorno das EBs, diminuindo o custo, inclusive, de transporte dessa energia. Mas
974 teria que ser feito com venda, para o Ministério de Minas e Energia, do excedente para
975 que durante a noite...

976 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mas pensem na concessão que
977 vai ser dada a alguém para operar o projeto São Francisco, ele ser ao mesmo tempo
978 operador da infraestrutura hidráulica e um fornecedor de energia a partir da energia
979 solar. Daí essa água cai muito de preço.

980 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Nós estamos estudando e recebemos
981 também algumas propostas de empresas interessadas e está sendo contratada uma
982 empresa só para fazer esse estudo via Banco Mundial.

983 **O SR. PATRICK TADEU THOMAS (ANA):** Na verdade era um complemento à
984 resposta do Demerval com relação aos custos do Eixo Leste. Como o Marcelo Asfora
985 comentou, Pernambuco vai captar em Muquém e Copiti, já veio o pedido. Tem
986 também algumas obras emergenciais que estão sendo executadas com captação para
987 atender Sertânia e Custódia. Então, havendo captação de água para Pernambuco na
988 operação, então a cobrança vem para Pernambuco, a excepcionalidade é apenas para
989 o ramal do Agreste. Então Pernambuco também irá pagar esta conta junto com a
990 Paraíba, na proporção das vazões que forem disponibilizadas.

991 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Patrick, além dessas captações você
992 falou, Pernambuco também está pedindo no Eixo norte, em Tucutu em uma saída
993 d'água para abastecer irrigantes de cebolas.

994 **O SR. MARCELO CAUÁS ASFORA (APAC-PE):** Alta capacidade de pagamento
995 irrigantes de cebolas têm...

996 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Estão pedindo porque lá é pré-operação

997 **O SR. MARCELO CAUÁS ASFORA (APAC-PE):** Só uma sugestão, até para ponto de
998 pauta para a próxima reunião desse Conselho. Nós participamos das oficinas feitas
999 pela CODEVASF e Fundação Getúlio Varga, e ela parte da presunção de um modelo
1000 de operadores, de operação da transposição. Por outro lado, a gente ouviu também
1001 falar da questão da PPP para operação do sistema. Isso gera uma dúvida, porque pelo
1002 que foi colocado aqui, o processo está correndo rápido, de estudo e definição disso. E
1003 a gente está tratando de um outro modelo que envolve inclusive a estruturação da
1004 própria CODEVASF, e uma série de investimentos associados a esse. Então seria
1005 bem interessante se houvesse um esclarecimento no âmbito desse Conselho, como
1006 que se pretende fazer, como que isso está correndo, em que momento vai haver
1007 intercessão dessas duas coisas? Porque isso gera dúvidas, eu senti isso muito nas
1008 oficinas. Porque está sendo apresentado todo um detalhamento, o porquê, as
1009 concepções... É só a título de esclarecimento, em que momento vai haver intercessão
1010 desses dois modelos e como é que está sendo pensado. Óbvio que se for viável,

1011 ainda está se estudando a viabilidade, mas mesmo assim gera uma certa insegurança.
1012 É só neste sentido de esclarecer a esse fórum aqui.

1013 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** Já dá para esclarecer agora. Os
1014 estudos na verdade não estão caminhando. O edital nem foi lançado, embora a gente
1015 espere que seja lançado nesse mês ainda, pelo menos é a expectativa do BNDES.
1016 Então está caminhado rápido, mas os estudos são complexos, o empreendimento do
1017 PISF não é um empreendimento de prateleira, longe disso, envolve estruturação da
1018 União com quatro estados, é um arranjo complexo para uma concessão privada, então
1019 esse tempo de estudo não é curto, e provavelmente durante 2018 todo, isso se a
1020 gente considerar que os estudos vão dar viabilidade, que a publicação do edital - aí
1021 para a operação e não para os estudos - o edital seja sucesso, tenha concorrente,
1022 que a gente consiga finalmente colocar um privado, não será em 2018, com certeza.
1023 Então teremos pelo menos, no caso do Eixo Leste, um (1) ano de operação, que a
1024 gente precisa ter alguém para operar nesse um ano. Quem é o operador designado
1025 formalmente? É a Codevasf.

1026 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Até contratar um privado leva
1027 uns dois a três anos

1028 **O SR. DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR (CC/PR):** É, por aí.

1029 **O SR. ELTON CRUZ SILVA (CODEVASF):** Importante também, que agregado a esta
1030 questão da nova proposta, você tem que ter um cenário real, como trazer isso para
1031 dados hidrológicos. Você precisa de uma condição melhor de informação. Até a
1032 própria PPP para começar a ser gerada ela precisa que a operação do PISF seja
1033 adequada ao modelo real, propriamente dito para você poder extrair riscos e para
1034 despertar interesse também para as parcerias e com o modelo que será criado.

1035 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Algo mais, mais algum comentário, mais
1036 alguém quer trazer mais algum assunto para discussão na próxima reunião?

1037 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Deixa só eu falar aqui, sobre o
1038 que Dermeval colocou, e é fato que naquela reunião houve um compromisso do
1039 Governo Federal através dos Ministros Helder e Eliseu Padilha, sobre a história do
1040 ramal do Agreste e do ramal do Apodi no Rio Grande do Norte, que foi colocado
1041 exatamente da forma que você colocou aqui. Mas o Ceará tem uma reconsideração
1042 sobre o ramal do Salgado. É sério esse negócio sobre o ramal do Salgado, porque, a
1043 gente entende a situação hoje do Governo Federal, que não é fácil, de qualquer forma
1044 a água chega em Fortaleza, não sei quanto chega, mas chega lá no Castanhão, mas
1045 são 300 quilômetros da saída do cinturão das águas, que já é uma coisa que a gente
1046 adaptou para não jogar água no riacho dos Porcos, porque se jogar no riacho dos
1047 Porcos, ela não chega, o próprio Ministério já detectou isso, através de um trabalho
1048 feito pela Gerenciadora, eu respondi a carta, entreguei ao Pádua hoje, e nós estamos
1049 trabalhando para ter esses 53 quilômetros do cinturão das águas prontos, para jogar
1050 num rio melhor pra cair no Salgado, Jaguaribe e Castanhão. Mas são 300 quilômetros
1051 pra essa água chegar no Castanhão, depois pra Fortaleza tem um canal - o Eixão das
1052 águas, que são 200 quilômetros para chegar em Fortaleza. Portanto vamos ter perdas,
1053 muito difícil fazer a gestão dessas águas, eu diria que é até mais difícil que esse
1054 trecho do Piranhas-Açu, pra sair do Engenheiro Ávidos e chegar no Armando Ribeiro,
1055 é mais longo e mais difícil porque é uma área muito povoada muito produtiva, então é



1056 um trabalho de fiscalização intenso, uma área sedimentar, que tem perdas por
1057 infiltração, e por isso que é bom chegar em março, que é o período chuvoso, então é
1058 difícil. Então esse Ramal do Salgado pra dar uma maior eficiência na entrada da água
1059 no Ceará, ele é fundamental. Mas como você diz, vai depender do Ramal do Apodi,
1060 para fazer o Salgado, o Apodi tem que andar primeiro. Então é complicada essa
1061 situação da chegada da água lá em Fortaleza. Só pra gente ter em mente que o ramal
1062 do Salgado para o Ceará assim como o do Apodi são importantes para nós.

1063 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Eu já tinha entendido quando você falou
1064 que estava dependendo do Rio Grande do Norte, que o seu interesse era privado em
1065 relação ao Ceará. Mas agora que você já abriu o jogo para todo mundo, você estava
1066 defendendo o Ceará mesmo quando queria o ramal do Apodi. Então gente, isso é bom
1067 porque demonstra o interesse dos estados pela água e demonstra o interesse para
1068 que esse sistema seja viável sua operação e tudo mais. Dessa forma, alguém mais
1069 tem algum comentário, e gostaria de deixar marcada a próxima reunião, daqui a mais
1070 ou menos um mês. 13 de setembro a próxima reunião do Conselho Gestor. Gostaria
1071 que vocês encaminhassem os comentários formalmente, no máximo até a próxima
1072 semana, para que a gente possa fazer as nossas reuniões internas.

1073 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** De 11 a 13 de setembro
1074 teremos a reunião preparatória para o Fórum mundial das águas em Fortaleza.


1075 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Então para não ficar tão longe
1076 poderíamos marcar no dia 5 de setembro.

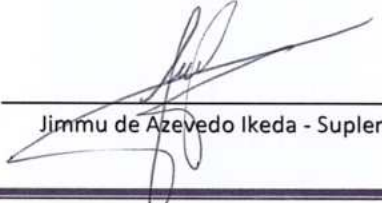
1077 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Lá encerra no dia 13 pela
1078 manhã, um debate com a imprensa, então se quiser fazer no dia 13 a tarde.

1079 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Podemos aproveitar que muitos estarão
1080 lá. Todos do governo federal poderiam ir para Fortaleza no dia 13? É possível? (Sim).

1081 **O SR. RICARDO ANDRADE (ANA):** Eu queria aproveitar a oportunidade, e me
1082 apresentar, é minha primeira reunião aqui. Eu assumi agora o cargo de Diretor na
1083 Agência Nacional de Águas, era superintendente na ANA, estou agora nesta nova
1084 posição e vim aqui hoje a pedido de Lotufo para acompanhar a reunião com os
1085 senhores e gostaria de mencionar pela coincidência da data que nós estamos com um
1086 processo preparatório para o 8º Fórum e uma das reuniões regionais será em, com o
1087 apoio dos nossos amigos e grandes anfitriões, esperamos que todos compareçam,
1088 será de 11 a 13. Não sei se já conversaram com o Mairton, mas a nossa intenção,
1089 também, é nesse período fazer uma reunião com o fórum de secretários do nordeste,
1090 e me colocar a disposição de todos vocês no que for necessário na Agência Nacional
1091 de Águas.

1092 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Fica então pré-acertada a próxima
1093 reunião deste Conselho para o dia 13 de setembro em Fortaleza, às 14h30. Está
1094 encerrada a reunião e nos encontramos no dia 13.


Antônio Luitgards Moura - Titular


Jimmu de Azevedo Ikeda - Suplente

5ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do PISF
Brasília, 03 de agosto de 2017
Transcrição Ipsis Verbis

  Página 25

Marcelo Senna Valle Pioto - Titular

João Alberto Travassos Evangelistas - Suplente

Renato Dalla Lana - Titular

Guilherme Silva de Godoi - Suplente

Manoel Renato Machado Filho - Titular

Marcel Olivi Gonzaga Barbosa - Suplente

Sérgio Antônio Gonçalves - Titular

Renato Saraiva-Ferreira - Suplente

Dermeval da Silva Júnior - Titular

David Meister - Suplente

Francisco José Coelho Teixeira- Titular

João Lucio Faias de Oliveira - Suplente

João Azevedo Lins Filho - Titular

Deusdete Queiroga Filho - Suplente

Mário Cavalcanti - Titular

Marcelo Cauas Asfora - Suplente

José Mairton Figueiredo de França - Titular

Josivan Cardoso Moreno - Suplente

Anivaldo de Miranda Pinto - Titular

José Maciel Nunes de Oliveira - Suplente

Marcos-Maciel Torres - Titular

Elias da Silva - Suplente



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF





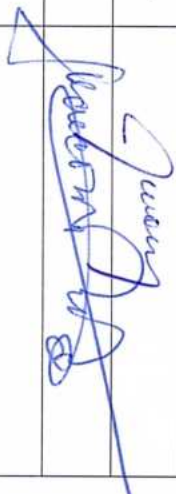
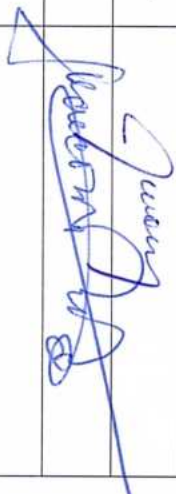
Lista de Conselheiros- 5ª Reunião Ordinária

Data: 03-08-2017

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6ª Andar-sala 605

Órgão	Conselheiro	Titular/Suplente	Telefone	E-mail	Assinatura
MI	Antônio Luitgards Moura	Titular	(61) 2034-5564	antonio.moura@integracao.gov.br	
	Jimmu de Azevedo Ikeda	Suplente	(61) 2034-5539	jimmu.ikeda@integracao.gov.br	
	Marcelo Senna Valle Pioto	Titular	(61) 3412-1475	marcelo.pioto@tesouro.gov.br	
MF	João Alberto Travassos Evangelistas	Suplente	(61) 3412-1975	joao.evangelista@fazenda.gov.br	
	Renato Dalla Lana	Titular	(61) 2032-5079	renato@mme.gov.br	
	Guilherme Silva de Godoi	Suplente	(61) 2032-5443	guilherme.godoi@mme.gov.br	
MME	Manoel Renato Machado Filho	Titular	(61) 2020-4436	manoel.filho@planejamento.gov.br	
		Suplente			
		Suplente			
MPOG	Sérgio Antônio Gonçalves	Titular	(61) 2028-2100	sergio.goncalves@mma.gov.br	
	Renato Saraiva Ferreira	Suplente	(61) 2028-2127	renato.ferreira@mma.gov.br	
		Suplente			
MMA	Dermeval da Silva Júnior	Titular	(61) 3411-1222	dermeval.junior@presidencia.gov.br	
	David Meister	Suplente	(61) 3411-1212	david.meister@presidencia.gov.br	
		Suplente			
CC/PR	Francisco José Coelho Teixeira	Titular	(85) 3101-3994	francisco.teixeira@srf.ce.gov.br	
	João Lucio Farias de Oliveira	Suplente	(85) 3218-7027	joaolucio.farias@cogerh.com.br	
		Suplente			
CE					

PB	João Azevedo Lins Filho	Titular	(83)3218-4373	jazevedo@serhmact.pb.gov.br	
	Deusdete Queiroga Filho	Suplente	(83)3218-4359	deusdete@serhmact.pb.gov.br	
PE	Mário Cavalcanti	Titular	(81)99488-2601	mariocavalcanti@sdec.pe.gov.br	
	Marcelo Causas Asfora	Suplente	(81)3183-1004	mcastora@srh.pe.gov.br	
RN	José Mairton Figueiredo de França	Titular	(84)3232-2420	jmairton@hormail.com	
	Josivan Cardoso Moreno	Suplente	(84)3209-9197	josivan.cardoso@gmail.com	
CBHSF	Anivaldo de Miranda Pinto	Titular	(82)3325-2244	anivaldododemiandapinto@gmail.com	
	José Maciel Nunes de Oliveira	Suplente	(31)8238-5873	vicepresidencia@cchsaofrancisco.org.br	
CBHs Receptores	Marcos Maciel Torres	Titular	(87)3183-1030	marcostorres.torres@bol.com.br	
	Elias da Silva	Suplente	(87)3232-2439	eliassilva@hotmail.com	



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de convidados- 5ª Reunião Ordinária

Data: 03-08-2017
Horário: 14h às 18h
Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6ª Andar-sala 605

Órgão	Convidado	Cargo	Telefone	E-mail	Assinatura
ANA	Vicente Andreu Guillo	Diretor- Presidente	(61)2109-5441	vicente.andreu@ana.gov.br	
	João Gilberto Loufo Conejo	Diretor	(61)2109-5451	jglotuf@ana.gov.br	
	Carlos Motta Nunes	Superintenden- te Adjunto	(61)2109-5361	carlos.motta@ana.gov.br	
	Kênia Régia Anasenko Marcelino	Presidente	(61)2028-4660	cerimonial@codevasf.gov.br	
CODEVASF	Elton Cruz Silva	Secretário Executivo	(61)2028-4714	elton.silva@codevasf.gov.br	
	Danielson Araújo	Gerente	(61)2028-4370	danielson.araujo@codevasf.gov.br	
	Renila Lacerda Bragagnoli	Assessora Jurídica	(61)2028-4613	renila.bragagnoli@codevasf.gov.br	
	Cibele Ribeiro	Assessora <u>Analista</u>	(61)2028-4316	cibele.ribeiro@codevasf.gov.br	
CGU	Ricardo Plácido Ribeiro	Coordenador	(61)2020-7000	sfcgcmcid@cgu.gov.br	
	Leandro de Freitas Rocha	Analista	(61)2020-7000	leandroroch@gmail.com	
SIH/MI	Rafael Eduardo Teza de Souza	Analista de Infraestrutura	(61)2034-4213	rafael.souza@integracao.gov.br	
	Mariana Prado Franceschi de Andrade	Analista de Infraestrutura	(61)2034-5676	mariana.f.andrade@integracao.gov.br	
CC/PR	Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro	Analista de Infraestrutura	(61)3411-6463	jonathas.castro@presidencia.gov.br	
ANA	<u>Kicando Ananias</u>	<u>Presidência</u>	<u>(61)2095159</u>	<u>ricardo.andrade@ana.gov.br</u>	
ANA	<u>RODRIGO FLECHTA</u>	<u>SUPERINT.</u>	<u>(61)2095250</u>	<u>rodolfo@ana.gov.br</u>	



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de convidados - 5ª Reunião Ordinária

Data: 03-08-2017

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6ª Andar-sala 605

Órgão	Convidado	Cargo	Telefone	E-mail	Assinatura
M1	JULIANA SILVEIRA	ASSESSORA			
MF	João Alberto F. Evangelista	GERENTE DE RECURSOS	3412-1975		
SDI/	SARIVA DE PAULA	Analista de Infraestrutura		20304058	
MPDG	SARIVA DE PAULA	PEPEIRA	CAVALCANTE	Santa.cavalcante@protagamato.gov.br	
PGE/PB	MUELLE M. TINGE LOUZEIRO	Procurador	61-98416-8488	margaretmuelle@hotmail.com	
CCU	André Rodrigues	AF/FC	62-20206941	andre.rodrigues@cg.gov.br	
SEPLAN/PE	Felipe H. Borba Alves	Coordenador de Planejamento	(81) 3182-1824	felipehba@hotmail.com	
COMPESA	FERNANDO DE CASTRO LOPES	Assessoria	(81) 3412-9120	fernandacastro@compesa.com.br	
ANA	ALAN VAZ LOPES	SUP. ADJUNTO	61 21085478	vazlopes@ANA.GOV.BR	
AND	PATRICIA THOMAS	SUP. ADJ. TCM	61 21005439	patrick@auc.org.br	
BB	Priscila Reis	Gerente	3104-5942	priscila.reis@bb.com.br	
BR	José Carlos Martins	Gerente	3104-0300	joscarlos@br.com.br	
M1	Isabel Cristina Araais	Assessora		isabelcraais@integracao.gov.br	